

O PRIORADO CRÚZIO DE SANTA MARIA DE LEIRIA DO SÉCULO XII À CRIAÇÃO DA DIOCESE

Saul António Gomes



NO PRINCÍPIO

da sua história medievla, Leiria era território ermo e sem senhorio. Nessa paisagem despovoadada, para além das cumeeiras serranas de Candeeiros e de Aire, na bacia hidrográfica do Lis, espraíavam-se as paisagens de floresta, denso matagal e extensos paus. Em certos pontos desses terrenos selvagens, pontilhavam algumas ruínas de um passado distante, abandonado e perdido, o dos séculos antigos em que a urbe de *Collipo*, erguida entre as belas colinas de S. Sebastião de Freixo e do Palácio de *Randufu*, junto às veigas férteis dos rios *Leirena* e do *Heirena* — sábio mote que Rodrigues Lobo, o mais nobilíssimo vate das letras leirenenses, retomaria para os baptizar de Lis e Lena¹ — fora sede de *municipium* e de libertos, tanto quanto pólo aglutinador de um povoamento que procurava na exploração da terra e do subsolo riqueza e proveitoso comércio.

Sucumbiu *Collipo*, como, mais a sul, a sua vizinha *Eburobritium*, ao peso dos novos senhores, Suevos e Visigodos, não dando origem, ao invés do sucedido com a setentrional *Conimbriga*, a qualquer *urbs christiana* ou, sequer, a uma qualquer basilical *sedes episcopalis*. Do povoamento sobrevivente, entre anónimos tugúrios de pastores ou covis de presores de viandantes entre as mais felizes *Scallabis* e *Conimbriga*, não resultou a reorganização polarizada e dirigida do território.

No equilíbrio de poderes e credos, de uma Estremadura meridional e tagana muçulmanizada, e de uma bacia mondeguina cedo reconquistada pelos coroados de Oviedo e León, o espaço da futura Leiria, "*locus vastae*

solitudinis", "*quondam silvam*", "*terra deserta*", como o definem diplomas autênticos e crónicas monásticas, permanecia fronteira e estrema não ocupada.

Desde finais do século XI e inícios da Centúria imediata, no entanto, que se estendia paulatinamente, para Sul do Mondego, uma mancha crescente de casais e povoados aldeãos². Soure foi um marco importante nesse processo. Entregue aos cuidados dos Templários, cedo a Ordem quis expandir os seus interesses dominiais para território mais meridional. Pombal, Ega e Redinha nascem nesse processo. Pombal com castelo tardio, de 1168, levantado por senhorial decisão do Mestre D. Gualdim Pais³.

Já, por então, Leiria estava fundada e o seu castelo, começado a edificar em 1135, justamente no mesmo ano em que Santa Cruz de Coimbra recebia do Sucessor de S. Pedro, Inocêncio II, a sua primeira bula de privilégios, a *Desiderium quod*, mostrava já as suas amplas muralhas, adentro das quais se recolhiam os povoadores e moradores de mais abastado pecúlio e elevado estatuto social⁴.

Nesse interstício, na verdade, parece ter-se organizado algum povoamento rural nas áreas das actuais freguesias de Vermoil, Litém, Espite, Souto e Colmeias. Terá sido, aliás, a partir do termo deste último lugar, em cujo seio cedo foi edificada a igreja paroquial de Santa Maria de Colmeias, hoje recordada pelo discreto templo a que o povo chama de "Igreja Velha", que surgiram, desde muito cedo, as restantes paroquiais do termo leiriense, recordadas em documento latino, decerto anterior a 1211,

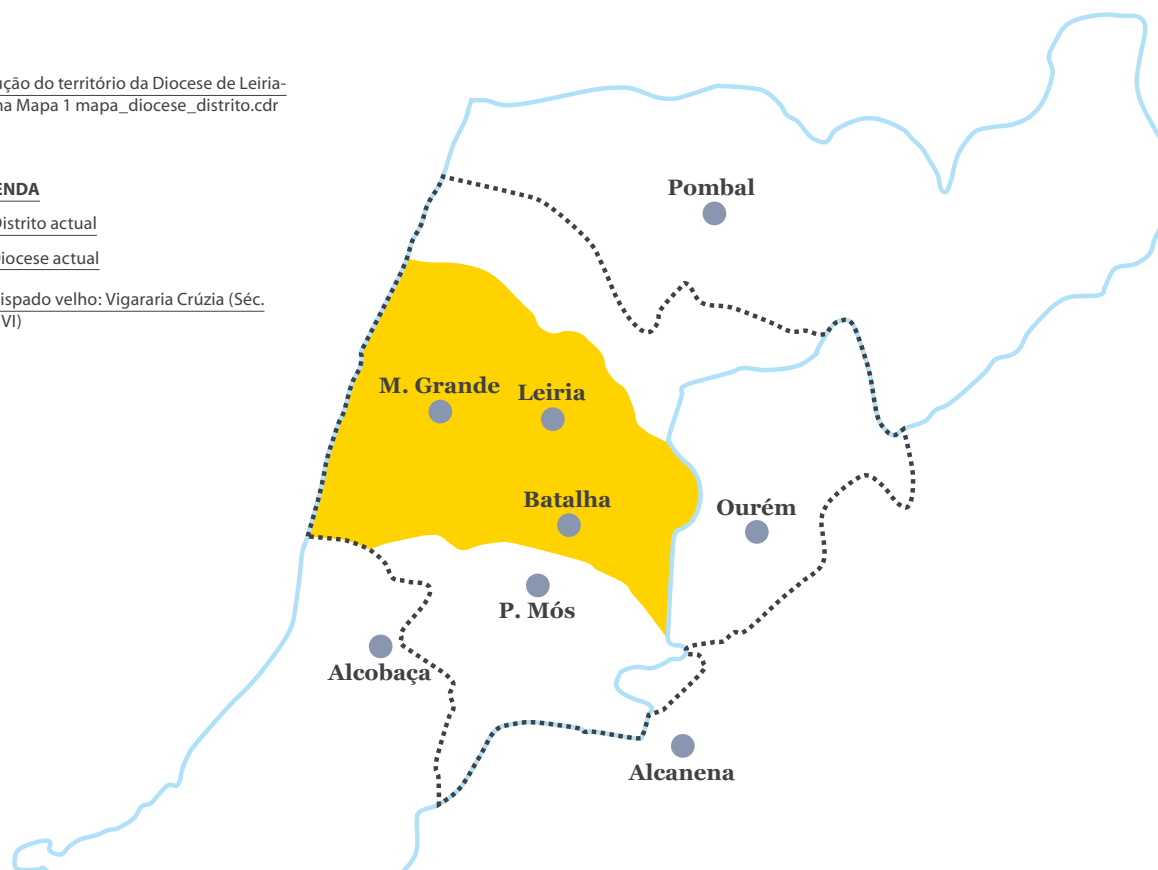
Imagem de Nossa Senhora da Pena com o
Castelo Imagem 023.tif

LEGENDA

— Distrito actual

..... Diocese actual

■ Bispado velho: Vigararia Crúzia (Séc. XIII-XVI)



porque ano a partir do qual se atestam já autonomamente, como do “*termino de Colmenis*” as igrejas em que o Rei reclamava padroado, como eram, em citação documental, “*Sanctus Simeon*” de Litém, “*Sanctus Joannes*” de Espite e “*Sanctus Salvador*” do Souto⁵.

Nessas freguesias do termo de Leiria, não prescindirão os Bispos de Coimbra de privilégios jurisdicionais plenários, como que atestando uma cartografia de direitos eclesiais conferidos por primazia temporal e pastoral. Mas, entretanto, crescera a vila amuralhada de Leiria, cabeça de um território vasto no seu flanco meridional que alcançava os veios fluviais de Alcoa e Baça. Ainda agora, a diocese de Leiria, herdeira de velhos limites priorais, se estende, para além de Aljubarrota, às imediações da Alcobaça, lembrando fronteiras enunciadas já em interpolação antiga efectuada sobre a carta de foral da vila de 1142⁶.

Pela bula *Ad hoc universalis* outorgada pelo Sumo Pontífice Lúcio II, em 30 de Abril de 1144, ao Mosteiro de Santa Cruz, podemos verificar que Leiria não integrava ainda o património crúzio. Aí se mencionam as igrejas de S. Romão (Seia), de S. João, de Mira, de Quiaios, de Travanca (Viseu), de Alquerubim (Albergaria-a-Velha), de *Auriol* e de Figueiredo (Vouzela), a que acrescem os interesses nos territórios de Alvorge e de Germanelo (Rabaçal)⁷. Por nova bula de Eugénio III, da-

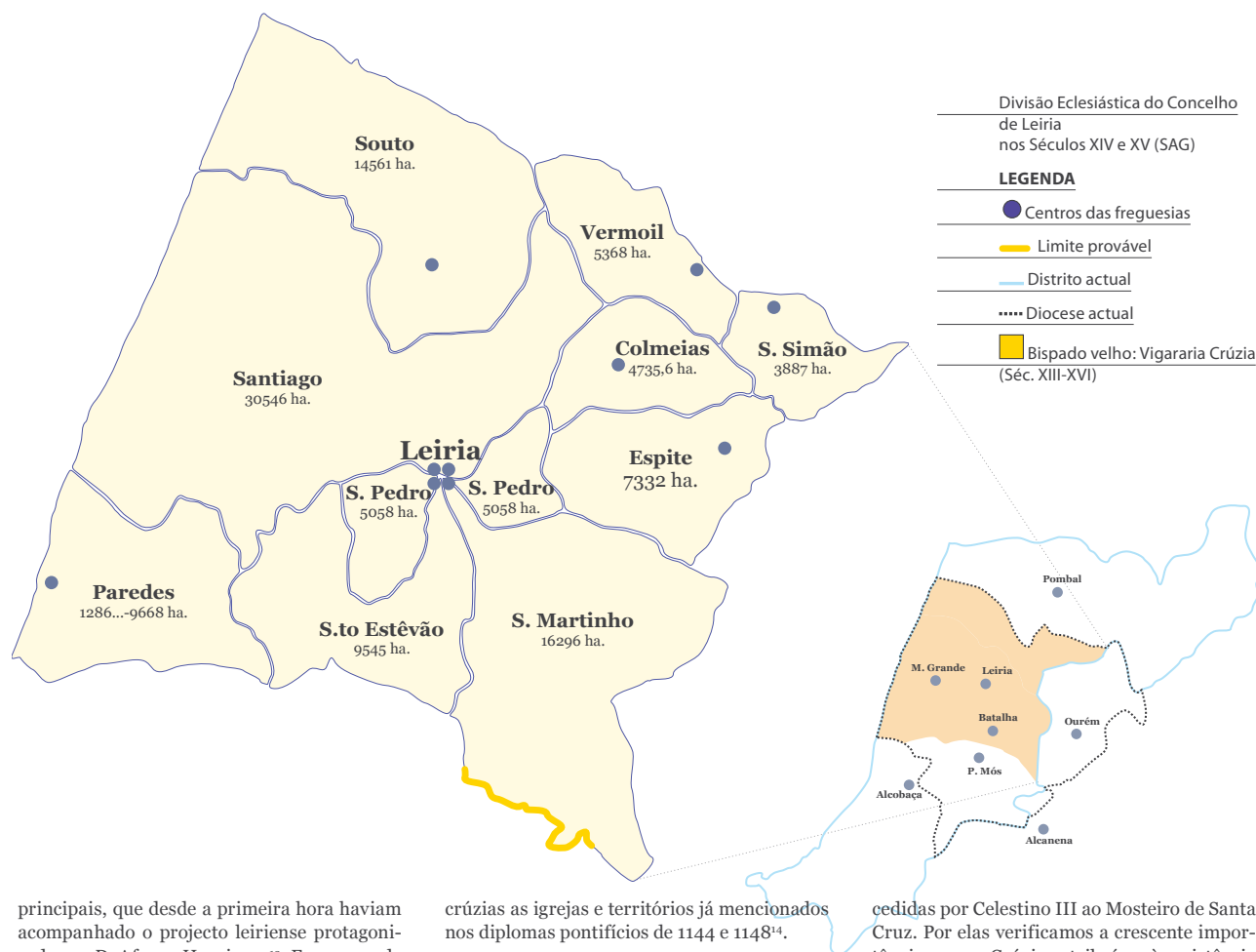
tada de 9 de Setembro de 1148, continuamos a verificar a ausência de Leiria do rol das igrejas e territórios do interesse dominial e temporal de Santa Cruz⁸.

Terá sido, pois, somente após as conquistas de Santarém e de Lisboa, de 1147, e no contexto do restabelecimento do limite diocesano entre Coimbra e Lisboa, já na década de 1150, que D. Afonso Henriques terá entregue aos cuidados de Santa Cruz de Coimbra todo o território de Leiria⁹. Até então, conforme revelam depoimentos colhidos no primeiro quartel do século XIII acerca do início do povoamento de Leiria, Leiria tivera jurisdição diocesana conimbricense, com particular destaque para a acção desenvolvida no burgo pelo prior da catedral de Coimbra, D. João Anaia, o qual viria a ser bispo dessa cidade entre 1147 e 1155¹⁰.

Num desses depoimentos, Pedro Belo, cónego da catedral coimbrã, declararia: “*De Leirena dixit quod dominus rex populavit illam et episcopus dominus Ioannes fundavit ibi ecclesiam (...), postea dominus rex petiuit illam ecclesiam ab episcopo et dedit eam fratribus Sanctae Crucis*”¹¹. Esta declaração, naturalmente, reconstitui, por aproximação, a sucessão dos factos. Dela, contudo, resulta clara a fundação por D. João Anaia da primeira igreja de Leiria, matriz essa que foi solicitada pelo Rei Fundador, o qual a viria a doar, depois, aos religiosos de Santa Cruz.

Entre 1155 e 1159, Coimbra esteve sem Bispo. É muito provável que o Monarca tenha aproveitado essa situação para favorecer alterações no quadro da jurisdição eclesiástica sobre os pingues territórios leirienses. Não o ter feito antes de 1155, compreender-se-á, entre outras razões, pelo próprio facto de, desde 1147, presidir no sólio prelaical conimbricense D. João Anaia, ligado, como vimos, à primeira organização eclesial de Leiria. Mas depois do seu desaparecimento, e em virtude da indefinição que um prolongado período de *sede vacante* trouxera à diocese coimbrã, tornava-se mais fácil proceder a essa tão profunda quanto significativa transformação institucional no território meridional da Diocese.

Acresce considerar que, desde cerca de 1152, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra contava com o empenho de um muito dinâmico prior interino, D. João Teotónio, sobrinho do celebrado e futuro S. Teotónio, que então presidia à Canónica, posto que, de acordo com as notícias hagiográficas que os Crúzios sobre ele nos legaram, mais dedicado a intensas e prolongadas práticas ascéticas e espirituais do que ao governo material efectivo do Mosteiro. Não podemos deixar de atribuir à aparição de D. João Teotónio uma enérgica estratégia de expansão do domínio temporal da Canónica, bem como da sua influência eclesiástica. Nisso teve o apoio de uma importante fatia da aristocracia coimbrã, dos seus *milites* e famílias



principais, que desde a primeira hora haviam acompanhado o projecto leiriense protagonizado por D. Afonso Henriques¹². E, nessa rede de poderes que paulatinamente D. João Teotónio conquista para o seu Mosteiro, estão também as influências e simpatias de que dispõe junto da Santa Sé, especialmente após a visita ao Mosteiro do Cardeal e Legado Pontifício, D. Jacinto, em 1154, mais tarde eleito papa com o nome de Celestino III (1191-1198)¹³.

Data de 1156, somente e muito significativamente, a carta de D. Gilberto, bispo de Lisboa, renunciando a quaisquer direitos que pudessem pertencer à jurisdição diocesana de Lisboa sobre o termo leiriense. Fê-lo o Olisiponense por solicitação do Monarca, o qual se revelará assaz empenhado, especialmente desde a década de 1140, na entrega de Leiria ao domínio eclesiástico dos Cônegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra.

No ano seguinte, o papa Adriano IV, pela bula *Ad hoc universalis*, de 8 de Agosto, renovava as garantias de protecção de Santa Cruz de Coimbra pela Sé Apostólica, citando expressamente como debaixo dessa tutela, as, citamos, “*ecclesias tam in castro Leirene quam in territorio ipsius castri sitas cum omnibus ad eas pertinentibus, sicuti in carta iam dicti ducis et in confirmatione venerabilis fratris nostri Gilberti Ulixbonensi episcopi continentur*”. Incluíam-se, também, no rol das paroquiais

crúzias as igrejas e territórios já mencionados nos diplomas pontifícios de 1144 e 1148¹⁴.

Em 1162, na conhecida *Carta libertatis*, concedida pelo bispo D. Miguel Salomão à Canónica dos Cônegos de Santo Agostinho, verificamos o categórico reconhecimento, pelo poder episcopal, dos direitos jurisdicionais eclesiásticos crúzios no território leiriense, “*in castro Leyrene et in terminus eius*”, conforme à doação e vontade régias¹⁵. Pouco depois, em 16 de Agosto de 1163, depois de súplicas dirigidas à Cúria pontifícia pelo Rei e pelo mencionado bispo D. Miguel Salomão, o papa Alexandre III promulgaria novo decreto de protecção dos bens temporais dos Crúzios, entretanto alargados à bacia hidrográfica tagana, e das jurisdições eclesiásticas “*super omnes ecclesias in castro Leirene et in confinibus eius constitutas*”, para além das demais paroquiais dessa Canónica Regrante¹⁶.

Em 10 de Julho de 1195, Celestino III, pela bula *Cum a nobis petitur*, confirma ao Mosteiro, por solicitação do prior-mor de Santa Cruz, D. João Frojaz ou Fróis, os termos do eclesiástico de Leiria: “*antiquos terminos vestros quos villa que Leiren. vocatur obtinuit ab antiquo sicut rex Portugalen. Ecclesie vestre ac ville predictae concessit et vos de privilegio Sedis Apostolice rationabiliter possidetis*”¹⁷.

São particularmente numerosas as bulas con-

cedidas por Celestino III ao Mosteiro de Santa Cruz. Por elas verificamos a crescente importância que os Crúzios atribuíam à assistência religiosa e eclesiástica dos respectivos religiosos e paroquianos, procurando controlar eficazmente todo o processo de excomunhão ou de absolvição desta condenação que os pudessem afectar, gerindo com liberdade o sepultamento dos seus fiéis em tempo de interdito, corrigindo de per se os defeitos do clero paroquial ou secular activo nas suas igrejas isentas, para além da acentuação quase episcopalizante que incutiam aos seus cerimoniais e liturgia, bem patentes, neste último caso, pela licença para o seu prior-mor poder usar de mitra e de anel, dentro da igreja regrente, em dias festivos¹⁸.

Em 4 de Julho de 1248, em Lião, Inocêncio IV concedia a D. Martinho Pires, prior-mor crúzio, o privilégio de ele poder portar mitra e báculo, como bispo, nas igrejas dos priorados de Santa Maria de Leiria e de Santa Maria de Arronches¹⁹. No ano de 1294, por privilégio apostólico de 27 de Novembro, Celestino V concedia aos Prelados crúzios o direito de usarem permanentemente anel, mitra e báculo dentro e fora do Mosteiro, em todas as cerimónias solenes, sendo-lhe lícito, ainda, dar a bênção segundo a maneira dos bispos²⁰.

Para esta evolução, no sentido da clarificação e progressiva racionalização da vida pastoral

e litúrgica crúzia, nos séculos medievos, não foi estranha a sentença definitiva subscrita por Inocência III, a célebre bula *Cum olim*, de 1203, na qual se resolve a favor de Santa Cruz de Coimbra todas as suas reclamações no domínio jurisdicional das suas igrejas e priorados isentos, contra os intentos do Bispo de Coimbra, D. Pedro Soares, aí se lendo sobre as igrejas de Leiria: “*quod praescriptione legitima poterat se tueri cum etiam ex illo tempore quo Adrianus easdem ei ecclesias confirmavit et quo ipsi bone fide illas potuerant possidere, usque ad tempus litis inceptae fuissent quadraginta anni et aliquot menses elapsi*”²¹.

A decisão de Inocêncio III, ainda assim, não teve fácil acatamento por parte dos Prelados conimbricenses. Pontífices como Honório III, em 1224, Gregório IX, em 1228, Inocêncio IV, em 1249 e 1254, Alexandre VI, em 1255 e 1256, e Clemente IV, em 1268, voltariam a pronunciar-se sobre a questão do isento leiriense, acabando, invariavelmente, por serem sempre confirmados os velhos privilégios que os Cônegos Regrantes de Santa Cruz tão ciosamente procuravam defender. Por seu turno, os Bispos de Coimbra, ao longo de todo o século XIV e, mesmo, por finais de Quatrocentos, continuavam a agitar e a contestar tal jurisdição, dando azo a processos e contestações como a que sucedeu, em 1503, contra a bênção episcopal lançada por D. Jorge de Almeida, na igreja de S. Francisco de Leiria, na festividade da Ascensão do Senhor desse ano²².

O fenómeno atingiria, mesmo, D. Martinho Pires de Oliveira, arcebispo de Braga, o qual, entre Setembro e Outubro de 1300, procurara exercer visitação nas igrejas isentas de Santa Cruz, especialmente em Leiria, e, perante a denúncia dos Cônegos Regrantes, prontamente anulou as suas deliberações²³. Em 20 de Maio de 1365, D. João de Cardaillac, arcebispo da “sancta see de Bragua”, assinaria nova carta de anulação de todos os despachos que havia dado em Leiria, porquanto entendia não querer “husurpar a dicta juridiçom” crúzia²⁴.



(à direita)
Imagem de São Brás

(à esquerda)
Imagem da Santíssima Trindade 1393



O PRIORADO DE LEIRIA

constituiu, como se vê, desde os seus primórdios, uma complexa unidade de administração eclesiástica dependente da jurisdição plenipotenciária do prior-mor de Santa Cruz de Coimbra. Dentre os cônegos desse claustro era escolhido um que passava a representar, na cátedra prioral da igreja de Santa Maria da Pena de Leiria, erguida na alcáçova castelã, o prelado crúzio. Tratava-se do Vigário do prior-mor, designação que ocorre, na documentação medieva, em parceria com a de prior de Leiria ou prior de Santa Maria de Leiria. Deste modo, garantia-se uma forte dependência da gestão eclesiástica de Leiria das determinações e opções protagonizadas pela Canónica Crúzia.

Era Leiria, eclesiasticamente, um priorado de gestão monástico-canonical e isento de sujeição ao senhorio jurisdicional de qualquer poder episcopal. Como ele, aliás, existiam outros em Portugal, mormente no âmbito das Ordens Militares, como se demonstra com os seus priorados isentos²⁵.

Leiria era, por seu turno, um priorado com uma infraestruturização institucional que poderemos classificar como bipolar, porquanto se subdividia numa malha de paróquias com matrizes colegiais urbanas (Santa Maria da

Pena, S. Pedro, Santiago, Santo Estêvão e S. Martinho), por um lado, e paróquias curatos rurais (S. Miguel de Colmeias, S. Salvador do Souto, Santa Maria da Vermoil, S. Simão de Litém e S. João de Espite), por outro²⁶.

O estabelecimento de priorados, no contexto da Europa dos séculos da plena medievalidade, foi muito frequente, em particular dentre as fileiras monásticas beneditinas, especialmente na sua feição protagonizada pelo projecto cluniacense²⁷. Mas esse fenómeno alargar-se-ia a outras estruturas institucionais, quer eclesiásticas, quer, mesmo, de carácter dominial laico. priorados paroquiais, priorados dominiais, priorados castrenses, são alguns desses diversos tipos de priorados europeus medievais²⁸.

Em território português, contudo, para além da experiências protagonizadas, por exemplo, em Santa Justa de Coimbra, sede de priorado cluniacense logo nos alvares do século XII, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra traria alguma actualização neste processo. O exercício da autoridade eclesiástica e espiritual protagonizado pela Canónica coimbrã, sobre os territórios que administrava, revelou-se efectivamente propedêutico. Nos territórios

que lhes foram confiados, os Crúzios estabeleceram fundações de carácter monástico — como sucederia em S. Romão de Seia, em S. Vicente de Lisboa ou, mesmo, em S. Pedro de Folques, junto a Arganil —, vicariatos formal e juridicamente assumidos como priorados, casos dos grandes priorados de Leiria e, ainda que apenas em Duzentos, o de Arronches, granjas com pólos de gestão plurais, entre os quais se contava sempre uma igreja ou eremitério, em cujos passais habitavam conversos de Santa Cruz e algum presbítero, cônego ou capelão, que com eles colaborava, como foi o caso de S. Miguel de Colmeias, junto a Leiria, e, finalmente, igrejas paroquiais, em parte legadas por senhorios nobres ou reais, em parte fundadas pelos próprios Cônegos Regrantes, cujos curatos eram da apresentação do prior-mor. Algumas albergarias e hospitais, localizados em territórios cruzados por vias de comunicação assaz frequentadas, colmatavam a rede de assistência espiritual e o múnus eclesial protagonizado por Santa Cruz de Coimbra²⁹.

Através desta organização, tornava-se possível ao Mosteiro de Santa Cruz gerir de modo bastante eficaz a gestão do seu domínio eclesiástico e também temporal. O priorado de Leiria,



Imagens de São Pedro 1391

e São Paulo 1397

aliás, evidencia bastante bem essa gestão patrimonial e espiritual directa dos Cónegos de Santa Cruz, mostrando a evolução das suas preocupações com a afirmação e consolidação de uma rede paroquial, com a edificação e manutenção dos seus edifícios religiosos e com o controle dos comportamentos catequéticos do seu clero local e dos seus fiéis paroquianos³⁰.

A conhecida Composição de 1211³¹, celebrada entre o prior-mor de Santa Cruz e os clérigos Raçoeiros de Leiria, unidos em *confraria clericorum*, é extremamente relevante para a elucidação deste processo histórico. Não só atesta, como vemos, a capacidade endógena do clero do priorado leiriense de se organizar e protagonizar uma negociação com o todo-poderoso Prelado crúzio — ao tempo D. João César, que certa tradição cronística diz natural de Leiria —, como, ainda, nos revela as estratégias de gestão administrativo-ecclesiástica seguidas adentro no Isento leiriense.

O vocabulário utilizado no documento, que ultrapassa um mero quadro de repetição de fórmulas diplomáticas usuais em chancelaria, alude significativamente às “*ecclesias*”, aos “*parrochianos*” e ao “*iure parrochiali*”, denunciando, como escrevemos atrás, um priorado profusamente estruturado em unidades paroquiais.

As “*ecclesias*” de Leiria dividiam-se entre as

que se sediavam “*intra corpus ville siue castelli*” e as que ficavam extra-muros. Os seus nomes são sobejamente conhecidos e já antes enunciados. No contexto dessa rede paroquial global, distribuíam-se algumas ermidas de significado pastoral, às quais se associava um certo território, os “*terminos*”, dentro dos quais, qualquer nova ermida que viesse a ser edificada, deveria seguir as regras de sujeição que se consignavam na mencionada carta de Compromisso de 1211.

Este Compromisso define, como concessão estipulada por Santa Cruz de Coimbra, matéria de carácter dominial ou fiscal, a hierarquia, o estatuto, os benefícios e os deveres pastorais do clero leiriense.

As rendas do priorado pertencem, globalmente, em duas terças partes ao Mosteiro de Santa Cruz. Todos os rendimentos da exploração dominial das granjas, herdades, vinhas, olivais, hortas, pomares, casas, moinhos, gado miúdo e demais animais revertiam exclusivamente para a Canónica. Ficavam igualmente ao Mosteiro, em exclusividade, as rendas das igrejas e seus termos de S. Miguel de Colmeias, Santa Maria de Litém [Vermoil], S. Simão de Litém, S. João de Espite e de S. Salvador do Souto. Aos clérigos do priorado de Leiria restava uma terça parte das rendas das paróquias de Santa Maria da Pena, de São Pedro, de Santiago, de Santo Estêvão e de S. Martinho, na vila, bem

como das ermidas do temo de S. Pedro de Ulmar, S. Pedro de Muel, S. Sebastião de Palácio Randufo, Santa Maria de Magueja, S. Leonardo da Cividade, S. Miguel do Monte, Santo Antão do Olival, Santa Maria de Maceira, S. Lourenço de Carvide e de todas as demais ermidas que fossem edificadas nos seus termos³².

O clero do priorado seria constituído por 40 beneficiados, divididos entre “*fratres*”, com maiores direitos na percepção de rendas e benesses, e os “*clerici*”, com direito à percepção de cerca de um terço dos ganhos. Deveriam ser, os clérigos leirienses, pessoas idóneas, participantes e cooptadas no “*gremio predicatorum ecclesiarum*”, para além de estarem obrigados a residirem e a servirem fielmente as suas igrejas. Era dentre os raçoeiros de Leiria que saíam os novos clérigos beneficiados, sempre que houvesse vaga. Ficavam isentos do pagamento de qualquer dízimo pelas propriedades e bens que detivessem.

Dos paroquianos que falecessem nas freguesias rurais e viessem a ser sepultados nos cemitérios da vila, os direitos da mortuária repartir-se-iam, meio por meio, entre a freguesia em que residia e as igrejas da urbe. Desta metade, os “*clerici*” teriam um terço e os “*fratres*” dois terços.

O clérigo desonesto ou corrupto seria punido na forma canónica. Qualquer cónego, clérigo



(selo1.tiff) selo_racoeiros

(selo2.tiff) selo_audiencia



ou converso que fosse encontrado fazendo furto ou prejuízo nas rendas comuns, ou se ocultasse qualquer informação do interesse geral, deveria ser punido canonicamente pelo prior e “*fratres*”. A instituição de porcionários ficava reservada ao prior e ao Convento do Mosteiro de Santa Cruz.

Entre os deveres de assistência pastoral, mencionava-se, em particular, a visita aos enfermos “*extra corpus ipsius ville*”, a qual seria feita “*communibus expensis*”, cabendo ao Cabido prioral ressarcir em dois terços da despesa se a visita fosse assumida por um “*frater*” e um terço se se tratasse de clérigo. Por outro lado, o dinheiro para custear a reparação das igrejas, as despesas em luzes, vestimentas ou sinos, bem como todas as demais coisas pertencentes ao culto divino, que só as esmolas dos fiéis poderiam suportar, deveria resultar de uma acção empenhada dos clérigos e dos “*fratres*”, “*predicando populo, exortando ipsum, et inducendo, ut ea que de necessitate uiderint ecclesiis expedire, in remissione peccatorum suorum helemosinarum intuitu largiantur*”³³.

Em 1233, governando Santa Cruz o Mestre D. João Pais, é proposto um novo compromisso entre a Canónica e os Raçoeiros de Leiria. Por ele, determinava-se que os clérigos de Leiria, tanto dos graus maiores como dos menores, teriam direito a porções iguais. Os presbíteros

deveriam receber “*suos manifestos et suas ebdomadas integre et sine aliqua diminutione, et prestimonia similiter integra*”. Nas semanas dos presbíteros, de toda a oblação entregue em cada igreja, repartir-se-ia o seu fruto equitativamente (“*clamores fuerint facti aut ostensa miracula in ecclesiis de Leirena uel ipse ecclesie reconciliate aut una ipsarum, quicquid oblationum inde obuenerint in commune transeat clericorum sine aliquo scrupuli uel questione*”). Todos os clérigos, de ordens maiores ou menores, dividiriam entre si o que rendessem as festas maiores (Ramos das Palmas, Páscoa até Pascoela, Pentecostes e suas Oitavas, Todos os Santos e Fiéis Defuntos, de véspera a véspera inclusive, Natal do Senhor e suas Oitavas, todos os Domingos e suas vésperas. O mesmo se aplicaria às festas das invocações das igrejas de Leiria ou das “*hirmidas que sunt extra villam*”³⁴.

O quadro institucional de gestão do priorado de Santa Maria de Leiria clarificar-se-á ainda mais no segundo terço de Duzentos. As sucessivas contestações dos Bispos de Coimbra ao Isento crúzio de Leiria, acabaram por lograr o reconhecimento de uma série de direitos dos prelados conimbricenses no priorado. Em 1252, concordou-se em conceder ao Bispo coimbrão a “*plenam jurisdictionem episcopalem in clero et populo*” nas paróquias de S. Salvador do Souto, S. Miguel de Colmeias, Santa Maria de Vermoil e S. Simão de Litém. Nas

paróquias da vila, toda a plenitude apostólica pertencia ao prior-mor. Os Bispos, contudo, poderiam aí conferir os sacramentos “*que per solos episcopos conferuntur videlicet consecrationem altarium basilicarum, reconciliationes, puerorum consignationem et similia*”, tendo, também, direito a ser recebido uma vez por ano na vila “*honorifice cum pulsatione campanarum*”³⁵.

Em 1260, novo acordo conferia ao prior-mor crúzio o direito de apresentação dos capelães nas cinco igrejas do termo e a reserva de duas terças partes dos direitos eclesiásticos nela percebidos. O restante terço revertia para os prelados diocesanos. Na visitação anual, o Bispo teria direito a colheita, cabendo-lhe, ainda, ordenar os clérigos leirienses, erigir altares ou, se entendesse, conceder indulgências “*per litteras uel de uiua uoce*”³⁶. Em 1265, no entanto, nova reformulação desses compromissos reiterava as anteriores garantias, retirando ao Bispo o direito de ouvir causas dentro das igrejas da vila, mas acrescentava algumas cláusulas de perpétua garantia de amizade e mútuo respeito entre os priores-mores e os Bispos, ficando estes impedidos de lançar excomunhão ou absolvição nas paróquias leirienses ou, sequer, de dar o crisma sem prévia solicitação do Mosteiro. A colheita do Bispo fixava-se em dois quartos de trigo, dois poçais de vinho, um moio de cevada pela medida coimbrã, três carneiros, um porco ou três carneiros por ele,



quinze galinhas, quatro cabritos, uma libra de cera e duas carradas de lenha³⁷.

Tais definições e compromissos revelam, de algum modo, a acentuada secularização da vida religiosa no priorado de Leiria e a importância capital que assumia, adentro desse território, o apostolado nas paróquias e a proliferação de capelanias. Isso não significa, naturalmente, que o Mosteiro de Santa Cruz deixasse de controlar ou ditar as estratégias eclesiais e espirituais aí seguidas. Os representantes da Canónica conimbricense no priorado, especialmente o Vigário do prior-mor de Santa Cruz, por vezes referido como seu procurador, bem como alguns outros seus coadjutores, como o vice-prior ou o lugar-tenente vicarial, a que se associavam alguns mais oficiais, como juizes, meirinhos³⁸, ouvidores, procuradores³⁹, priostes⁴⁰ e os notários e escrivães da Audiência de Santa Maria da Pena, garantiam a fidelidade do clero leiriense ao seu prelado e superior. Mas esse controle institucional não impediu, antes enquadrou normativamente, como vimos, o sentido de confraternidade, de unidade e de identidade do clero leiriense.

Este sentido grupal de clero leiriense medieval é visível, por exemplo, nalgumas das suas insígnias, em especial no selo do Cabido dos Raçoeiros de Leiria, de que nos chega um exemplar apostado a documento do ano de 1363. Nele, para além da legenda latina — “*Sigillum*

Clericorum Prebendariorum Ecclesie Sancte Marie de Leirena” — por debaixo da representação da Virgem Maria entronizada, com o Menino Deus sentado no seu braço esquerdo, emerge um quadrifólio, em cujos lóbulos parece estarem representados quatro símbolos⁴¹. Por seu turno, o selo da Audiência de Santa Maria de Leiria revela-se de uma iconografia mais simples. Redondo, apresenta no campo uma cruz cantonada de duas meias-luas e duas estrelas, símbolos da Igreja e do próprio Cristo⁴².

Desta unidade social e institucional da clerezia leiriense encontramos alguns testemunhos nos séculos XIV e XV. No dia 11 de Agosto de 1310, por exemplo, estando os clérigos e raçoeiros de Leiria “chamados e asinados em na igreja de sancta Maria da dicta villa”, concordaram em conjunto com o prior-mor e o Convento de Santa Cruz, outorgar ao Monarca a terça parte das dízimas do pão do priorado, a título de reconhecimento pelo “gram serviço de Deus e prol da terra que se faz d’afundo do herdamento que chamam Ulmar que ora he roto e lavrado ano e sooe a seer huuns annos pollos outros a fundo do paul ataa o mar a gram custo que hi fazem o mui nobre senhor dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e a mui nobre senhora dona Isabel rainha sua molher em abrir o dicto herdamento, porque as gentes viam grandes doores e des aqui adiante vierom a saude”. Para além

dessa doação, comprometiam-se os religiosos cruzios a “fundarem e fazerem huã nossa capella ou duas em o dicto logo porque he cousa que nom podiam scusar os pobradores do dicto logo pera receberem os sacramentos da Sancta Igreja as quaees capella ou capellas nos avemos de servir e de manteer per nos ou per nossos conegos ou per nosos capellães”⁴³.

Em 1356, o prior-mor de Santa Cruz, D. Afonso, estabelecerá uma composição entre ele, os clérigos de Leiria e o Concelho desta, em ordem, citamos, a “averemos rrazom de trager e induzir os naturaes da villa de Leyrea pera aprenderem e seerem clerigos e fazerem ffruyto na Eygreia de Deus en estado de clerezia”. Por isso, considerando o maior serviço de Deus, do Mosteiro e do Concelho de Leiria, acordam as partes em que se deveria respeitar o antigo costume do priorado “de nom averem de seer dados os beneficcios da dicta villa a outras pessoas senom aaqueles que dy fossem naturaes”⁴⁴.

Este estatuto, contudo, será frequentemente desrespeitado, quer por decisão superior, mormente pontificia, quer por acordo dos próprios capitulares do priorado. Em 1381, perora-se o assentimento dado, tempo antes, por clérigos leirienses, com a conviência do Concelho e de Santa Cruz de Coimbra, à entrega de uma ração beneficcial vaga na vila a um usufrutuário exterior ao concelho, o que motivou nova



Igreja da Pena Imagem 042.tif

Igreja de São Francisco fotos Sé_15_01_05
040.tif

renovação oficial das antigas interdições sobre esta matéria⁴⁵. Renovação solenemente aceite e promulgada, em 7 de dezembro de 1402, pelo prior-mor D. Afonso⁴⁶.

Os tempos de crise demográfica e económica de após a Peste Negra de 1348, fazem-se sentir, em Leiria, ainda nos alvares de Quatrocentos. Em 1409, considerando-se as “guerras que por longos tempos durarem em estes Reinos de Portugal e por muitas pestelencias que chegarom e durarom em estes Reinos por longos tempos”, bem como a diminuição que tais calamidades haviam provocado nos “frutos e novos dizimas premissas obradações aas dictas egrejas todas e cada huã dellas por tall guisa e maneira que cada huum raçoeiro d antigo tempo ssoya d aver seis e sete moyos de pam e cinquenta libras da antiga moeda per binhos e pescados e azeite e guaados e meuças e ora des biinte anos aaca nom ham pam mais cada huum raçoeiro por muito que aja que huum moyo de pam e mill libras desta moeda corrente que se torna em dez libras da moeda antiga, posto que todo ho ano este redegente a servir a dicta raçam e se nom podem por ellas

manter a meatade do ano”, procedeu-se à elaboração de um novo estatuto entre o Mosteiro e o Cabido de Santa Maria da Pena de Leiria, pela qual se comprometem a reduzir o número de beneficiados de quarenta até vinte e cinco, em virtude da falta de recursos materiais que permitissem manter condignamente tão elevado número de clérigos raçoeiros⁴⁷.

Seis anos mais tarde, em 19 de Abril de 1414, este mesmo acordo seria ratificado e renovado, sintoma de que a ultrapassagem da crise económica que afectava o priorado se revelava difícil, tanto quanto obrigava os candidatos locais ao quadro clerical a procurarem outras saídas e prebendas longe da vila⁴⁸. Foi, também, em 1419, que D. Pedro Eanes, Vigário-geral de Leiria, fez publicar um violento libelo contra os Franciscanos estabelecidos na vila, denunciando as suas estratégias pastorais que desviavam os fiéis das suas paróquias, bem como o desrespeito do foro jurídico crúzio⁴⁹. Renovavam-se, deste modo, ainda que episodicamente, os antigos conflitos entre os prebendados crúzios leirienses e os Frades Menores, quando estes se procuraram instalar na vila cerca de 1232-1233, só aparentemente sanados nos alvares da década de 1250, depois da entronização de D. Afonso III, especial protector dos Franciscanos⁵⁰.

Os sintomas de um certo quadro de crise que afectava, nesses lustros, o próprio compor-

tamento moral do clero do priorado, poderá reflectir-se ainda pela prestação de D. Leonardo Fernandes, Vigário-geral de Leiria entre cerca de 1450 e 1469, prior de Figueiró e pai de Heitor Leonardes, filho de Leonor Afonso, cuja legitimação alcança do rei D. Afonso V em 1463⁵¹.

Os primeiros dois terços de Quatrocentos, significativamente, parecem ter sido marcados por alguma instabilidade na cadeira vicarial de Santa Maria da Pena. As prestações dos Vigários parece terem sido regularmente interrompidas e retomadas senão sobrepostas nalguns momentos. Foi igualmente nesse período que menos se evidenciou a naturalidade leiriense desses Vigários ou priores, contrariamente ao que sobressai nas fontes documentais dos séculos anteriores, das quais podemos verificar uma maior estabilidade no exercício do cargo e, ainda, o protagonismo dos prelados locais. Alguns, como D. Pedro Soares (1256-1267) e D. Lourenço Pires (ca. 1290) ascenderiam mesmo à cátedra maior de Santa Cruz. Outros, como D. Estêvão Esteves (1352-1372), irmão de Diogo Esteves, foreiro do Casal da Golpilheira, deixam memória de reedificadores dos templos da vila⁵².



EM CONTRAPARTIDA

esses anos coincidentes com os reinados de D. João I (1383/85-1433), D. Duarte (1433-1438) e D. Afonso V (1438-1481), mormente a Regência do Infante D. Pedro (1438-1448), revelaram-se muito relevantes no campo da renovação dos aparatos artísticos arquitectónicos das velhas igrejas leirienses. A matriz do priorado, Santa Maria da Pena, seria adaptada a capela palatina, enquanto, na vila baixa, se reformava profundamente, debaixo do patrocínio real, o velho Convento dos Frades Franciscanos⁵³. A cerca de duas léguas da vila, para Sul, o grande Mosteiro de Santa Maria da Vitória, entregue aos Dominicanos, trazia às naturais do priorado novas perspectivas de carácter eclesial e, até, à semelhança do que sucedia com os Franciscanos, de ingresso na carreira clerical regular, menos propícia a fortunas pessoais, é certo, mas significativamente aberta a uma carreira de inegável prestígio social e intelectual⁵⁴.

O governo de D. Gomes Eanes, à frente do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, entre 1441 e 1458, revela-se reformador para o priorado de Leiria. Ele procurou repor energicamente a autoridade e o prestígio do clero leiriense face a poderes dominiais como o dos alcaides-mores do concelho, obteve do Rei o auxílio para a renovação dos templos paroquiais locais, em especial da igreja matriz de Santa Maria da Pena, morigerou a prática religiosa dos paroquianos, impondo, recorrendo mesmo à pena

da excomunhão, o respeito pelo dia dominical e festas maiores da Igreja, usados pelos habitantes para actividades de trato mercantil nem sempre muito respeitadoras das práticas espirituais que nesses dias deveriam merecer todas as atenções dos fiéis⁵⁵.

No último terço de Quatrocentos, verifica-se a subida ao priorado-mor de Santa Cruz de D. João de Noronha (1484-1505). Trata-se de um membro da Casa de Vila Real, a qual era, como se sabe, donatária de Leiria desde inícios da década de 1460⁵⁶. O seu interesse por Leiria revela-se em vários momentos. Em 1492, por exemplo, com a anuência do rei, adquire as casas que haviam sido do Arcebispo de Braga, no Arrabalde da Ponte, por 70 mil reais, o que tomamos como sinal de que D. João de Noronha deveria ter necessidade de residir com alguma frequência na vila, posto que em aposentos mais adequados e de qualidade, certamente, do que aqueles que se encontrariam no velho claustro colegial de Santa Maria da Pena. Um outro indicador disso, derivará do próprio secretário deste prior-mor, o exímio calígrafo Afonso Dias, trazer também terras de foro situadas justamente na freguesia urbana de Santiago⁵⁷.

Durante a prelatura de D. João de Noronha, o Mosteiro procurará evidenciar, senão mesmo recuperar em parte, a sua autoridade sobre o priorado de Leiria. Reagem com veemência na

defesa das suas prerrogativas eclesiais perante as tentativas de intromissão do bispo D. Jorge de Almeida ou na imposição da sua jurisdição positiva em todo o território, especialmente na vila da Batalha, na qual os Dominicanos procuravam impor a sua pastoral. Perante a recusa do pagamento de primícias por numerosos lavradores leirienses, em 1496, o Vigário da vila, D. João Falcão, condena-os à execução dessas prestações sob pena de excomunhão⁵⁸.

Em 22 de Abril de 1497, o próprio D. João de Noronha procede à visitação canónica da Gafaria de Santo André, determinando reformas de alfaías litúrgicas, maior rigor nas celebrações divinas que ali ocorriam, substituição de imagens de santos e, finalmente, uma maior exigência nos usos sociais do alpendre da capela hospitalar, de forma a não dar azo a escândalos⁵⁹. Deve-se-lhe, também, a defesa intransigente da isenção de inspecção régia sobre os hospitais, albergarias e confraria do priorado, que as Justiças cíveis procuraram impor frequentes vezes⁶⁰.

Idêntica postura seria revelada pelo sucessor de D. João de Noronha à frente de Santa Cruz, o bispo-prior D. Pedro Gavião. Em 13 de Março de 1510 cometeu a D. Gaspar Fernandes, prior crasteiro do Mosteiro, a incumbência de visitar a gafaria, os hospitais e as albergarias de Leiria, em ordem a reformá-las e a dotá-las de “regimento e hordenança” se

necessário⁶¹. Mais significativa, contudo, foi a elevação a freguesia, em 1512, dos lugares da Batalha, Reguengo e Monte Real⁶². Em 29 de Novembro de 1524, com renovação datada de 6 de Junho de 1529, o Licenciado Sebastião da Fonseca, comendador da Ordem de Cristo, comprometia-se, perante o Prelado de Santa Cruz, a garantir a administração da ermida de Santa Maria da Maceira, em ordem a que fosse dotada de capelão e ali se celebrassem todos os sacramentos divinos úteis a um universo de cerca de oitenta “fregueses”⁶³. Também por compromisso de 26 de Outubro de 1529, o reformador de Santa Cruz de Coimbra, D. Brás de Barros, como governador do Mosteiro pelo Infante D. Henrique, comendatário do mesmo, autorizaria o funcionamento como capelania com funções paroquiais da igreja de S. Cristóvão da Caranguejeira⁶⁴.



ENTRE FINAIS DO SÉCULO XV

e cerca de 1510, sucederam-se diversos Vigários no priorado de Leiria. Um deles, D. Aires Fernandes (1502-1504), acumulava o ofício com o de abade de Carvalhais e de Ardenas no Bispado de Viseu. Mas já o seu sucessor, D. Fernão de Paiva (1506), se revela um zeloso administrador. Nessa linha reformista, situa-se o último Vigário leiriense, D. Diogo Dias (*“vicariusque generalis in spiritualibus et temporalibus vilarum de Leyria Vitoria et Paredes earum terminorum”*, como se intitulava⁶⁵), à frente dos destinos do priorado já em 1513 e, ainda, quando Leiria foi elevada a sede episcopal, em 1545, datando de 21 de Janeiro de 1546 a última referência documental que o menciona ainda nessa dignidade⁶⁶. Foi iniciativa deste Vigário ter mandado esculpir uma imagem de Nossa Senhora, num arco fronteiro à igreja matriz do priorado, em cujo pedestal se lia a inscrição: *“Virginis intactae dum veneris ante figuram, proteriens cave, nisi dixeris: Ave. Ó Mater Dei, Regina Coelorum, te rogamus, memento servorum tuorum. — E vós, irmãos, lembrae-vos de mim, que em louvor da Virgem Nossa Senhora, para vossa consolação, mandei fazer esta obra, no anno do Senhor de 1538. Diogo Dias, vigario da vara de Leiria.”*⁶⁷

Foi, certamente, debaixo do vicariato de D. Diogo Dias, que o rei D. Manuel, como administrador por seu filho, o Infante D. Afonso, prior comendatário de Santa Cruz entre 1516 e 1524), promoveu a reforma do Regimento do priorado de Leiria, conforme notícia de 1543⁶⁸. Nesse contexto de reforma, muito provavelmente, deverá inserir-se a preocupação de D. Manuel pela melhoria do nível intelectual dos raçoeiros de Leiria, tendo mesmo determinado a obrigação de existir sempre em Santa Maria da Pena um mestre de gramática, com o mantimento de cinco mil reais⁶⁹. Foi, ainda, D. Manuel que patrocinou algumas beneficiações artísticas na igreja de Santa Maria da Pena⁷⁰.

Em 25 de Março de 1520, Álvaro Leitão, juiz de Leiria, dirige-se ao rei D. Manuel dando-lhe conhecimento do estado de ruína e deterioração a que haviam chegado as igrejas de Leiria, citando-se expressamente as de S. Pedro de Ulmar, as do termo em que o Bispo de Coimbra tinha visitação e todas as cinco da vila⁷¹. Os problemas agravaram-se, entretanto, motivando o beneficiado de Santa Maria de Leiria, Simão Álvares, a escrever a D. João III, narrando-lhe a precariedade de três das igrejas da vila (*“Item nesta vylla a tres igrejas antygas que estam pera cayr do emadeyramento de cyma como ora esta jaa huã que he Sam Pedro esta a dõo e a outra he Samt’Estevam e Samtyagu; he necesaryo que Vossa Alteza as mande emadeyrrar de novo e com tempo porque depoyos que cayrem*



Igreja de S. Pedro, conjunto



custaram o dobro”) e a falta de dinheiro para aquisição de alfaías e conclusão de obras das cinco igrejas paroquiais do termo (“Item em cada huã das dictas cynquo igrejas hum callez de dous marcos de prata. E duas vystymentas, scilicet, huã de Domynguo e outra de somana com seus ffrontaes do mesmo jaez. E mysaes mystycos e cortynas de pano de lynho pera cobryr os retavollos novos. E bem asy algumas outras obras que eram necessaryas ao serviço das dictas igrejas”)⁷².

Nos tempos medievais, mais precisamente em 1321, os rendimentos da Mesa prioral de Santa Cruz de Coimbra eram avaliados em 13 700 libras, ficando o Convento com 5 500 libras. O priorado de Leiria atingia as 1670 libras, enquanto a paróquia de S. Miguel de Colmeias rendia umas 270 libras. Tais valores correspondem a cerca de 12 a 13% da riqueza percebida anualmente, naquela época, pelos Crúzios⁷³.

Em 1518, as rendas de Santa Cruz atingiam os 3 230 000 reais. Nessa soma, o priorado de Leiria contribuía com 690 000 reais, seguido pelo de Arronches, com 435 000 e pelo Lourical, avaliado em 150 000 reais⁷⁴. Estes indicadores, embora apenas parciais quanto ao valor total do que rendia cada uma dessas igrejas, todavia, não deixam de ser elucidativos acerca da importância e peso económicos do priorado de Leiria na soma final dos rendimentos anu-

ais crúzios.

O rendimento do priorado de Leiria, nas vésperas da criação do Bispado, em 1544, pode calcular-se aproximadamente a partir da folha das rendas da mesa prioral de Santa Cruz, a qual usufruía, como se viu, de duas terças partes das mesmas, salvo algumas excepções devidamente indicadas. As ofertas das igrejas e capelas, repartidas meio por meio, entre a Mesa prioral e o Cabido leiriense, atingirão os 20 mil reais. As miunças e os dízimos, com duas terças partes para Santa Cruz e um terço para o priorado de Leiria, renderam a soma global de 571 ou 572 702,5 reais, diferença resultante das duas parcelas diferentes apresentadas para o item das dízimos do pão da freguesia do Souto.

O grosso das rendas do priorado de Santa Maria de Leiria derivava dos dízimos do pão e do vinho, bem como das miunças das freguesias, como se pode observar pelo respectivo quadro que aqui editamos. Já as ofertas se revelam pouco substanciais, destacando-se, no universo destas, as da Capela de Santo António [do Carrascal] e as da igreja do Espírito Santo, seguidas depois pelas de S. Pedro de Muel. Entre as de mais baixo significado estavam as das Capelas de Jesus da Golpilheira, de Santo Antão e de S. Bartolomeu.

Não entram nestes valores as rendas pagas em

géneros, computadas em moios de 64 alqueires cada. Sabemos, contudo, que, em 1545, o rendimento do pão do priorado, a preço oficial, deveria render 409 100 reais⁷⁵. Deste modo, o valor global das rendas crúzias em Leiria rondaria um milhão ou pouco mais de reais por ano. Na verdade, sabemos que a arrematação das rendas da “massa” do “priostado” de Leiria, no ano económico de 1541-42, foi fixada em um conto e quarenta e cinco mil reais. Com custos e ordinárias, esse valor subia a 1 233 726 reais⁷⁶, valor que permitiria dotar mais um pequeno prelado episcopal no Reino, como veio a suceder.

Eram, em 1543, em número de 25 os beneficiados de Leiria⁷⁷. Por seu turno, a decisão de elevação do priorado a Bispado, já assumida por D. João III em 1542 e precipitada pelo falecimento precoce do seu filho, D. Duarte, prior comendatário de Santa Cruz entre 1540 e 1543, terá motivado a deslocação para Leiria do Doutor Luís de Alarcão, ouvidor no espiritual do priorado de Leiria, o qual se encontramos na urbe já em Julho de 1542⁷⁸. A própria reforma experimentada pelos cônegos desta Canónica, desde 1527, encabeçada por D. Brás de Braga ou de Barros, terá, de algum modo, facilitado o processo de esvaziamento da estrutura dominial crúzia tradicional — já experimentada, aliás, na sequência da reforma universitária e da instalação, em Coimbra, do Estudo Geral, em 1537 — em favor da consti-

RENDAS DA MESA PRIORAL DE SANTA CRUZ EM LEIRIA: 1544⁸²

Renda	Valor (em reais)
Ofertas do Espírito Santo (1/2)	1 100
Ofertas de Nossa Senhora dos Anjos (1/2)	210
Ofertas de S. Paulo de Amor, de S. Sebastião e de S. Miguel (1/2)	300
Ofertas de Nossa Senhora da Gaiola (1/2)	300
Ofertas da ermida de Santo Antão (1/2)	35
Ofertas de Nossa Senhora da Conceição (Branças) (1/2)	140
Ofertas das “ermidas” (1/2)	550
Ofertas de Santa Catarina da Azoia (1/2)	360
Ofertas de Jesus da Golpilheira (1/2)	25
Ofertas de S. Bartolomeu (1/2)	80
Ofertas de Santo António (1/2)	6 000
Ofertas de S. “Berliam” de Alcanada (1/2)	100
Ofertas de S. Pedro de Muel (1/2)	800
Dízimo do pez (2/3)	933 – 4 ceitis
Miunças de Espite (2/3)	20 000
Miunças da perna do Cirol (2/3)	7 000
Mesa do prior	25 500
Portas das igrejas e aniversários	13 500
Miunças de Freixeda [Freixianda] (2/3)	13 300
Miunças da perna de Carvide (2/3)	21 200
Miunças da perna da Marinha (2/3)	20 000
Dízimos do sal e títulos	1 966 – 4 ceitis
Miunças de Colmeias (2/3)	17 500
Dízimos do pão de Colmeias (2/3)	32 500
Miunças da vila de Leiria (2/3)	3 500
Dízimos do pão do Souto (2/3)	40 000 / 41 000 ⁸³
Miunças do Souto (2/3)	14 000
“Meijoeiras” de Paredes (2/3)	566 – 4 ceitis
Miunças da perna de Regueira de Pontes (2/3)	22 500
Perna e renda de Pataias (2/3)	8 000
Miunças de Vermoil (2/3)	12 500
Dízimos do pão de Vermoil (2/3)	32 500
Miunças de S. Simão de Litém (2/3)	10 500
Dízimo do pão de S. Simão de Litém (2/3)	19 500
Redízima dos moinhos (2/3)	12 530 – 2 ceitis
Dízimo do sal (2/3)	2 000
Celeirinho dos legumes	4 000
Dízimos dos vinhos do termo	25 300
Dízimos dos vinhos da Adega da vila	10 340
Azeites	—
Trigo do Celeiro (2/3) — 92 moios 2 alqueires	—
Centeio do Celeiro (2/3) — 25 moios 3 quarteiros	—
Cevada do Celeiro (2/3) — 25,5 moios	—
Milho do Celeiro (2/3) — 27 moios 3 quarteiros 9 alqueires	—
Total (sem cereais)	401 135 – 16 ceitis 402 135 – 16 ceitis

PRIORES OU VIGÁRIOS DO PRIORADO DE SANTA MARIA DE LEIRIA

Prior/Vigário	Datas	Referências
[D. Nuno Guterres] ⁸⁴	[1136...]	D. Nicolau St ^a Maria, citando D. Teotónio de Melo (<i>Chronica</i> , p. 261-262)
[D. Pedro Mendes] ⁸⁵	[1144...]	D. Nicolau St ^a Maria, citando o Catálogo de D. Teotónio de Melo (<i>Chronica</i> , p. 264)
D. Pedro Godinho. D. Nicolau de Santa Maria situa-o à volta de 1200. Mas este deve ser o activo cônego que, em Abril de 1246, por ocasião das cerimónias pascais, encabeçou um grupo de cônegos e de “fratres conversi” que se opuseram, com recurso a violência, à presença e acção pastoral do bispo de Coimbra, D. Tibúrcio. Neste momento, o D. João Peres, prior-mor de Santa Cruz, encontra-se em Leiria.	...1246... 1246.04.02	TT — Sé de Coimbra, M ^o 14, Docs. 11 e 12; D. Nicolau St ^a Maria, <i>Chronica</i> , p. 264; S. A. Gomes, “Organização Paroquial e jurisdição eclesiástica do priorado de Leiria...”, pp. 224-230.
D. Pedro Soares , prior de Leiria; viria a ser prior-mor de Santa Cruz de Coimbra entre os anos de 1270 e 1284. Neste priorato aparece, em Novembro de 1259, D. Bento Soares, como subprior de Leiria. Em 1262, D. João Peres, prior-mor de Santa Cruz, doa a Santa Maria de Leiria, uma sua vinha, situada no lugar do Cirol.	1256.11 1258 1259.11 1260 1267	Most. Alcobaça, M ^o 9, Docs. 3, 7, 41; M ^o 10., Docs. 7, 13; M ^o 12, Doc. 14; Dourados de Alcobaça, Livro 3, fls. 53-53v ^o ; Celas de Coimbra, M ^o 12, Doc. 1; St ^a Cruz de Coimbra, M ^o 20, Doc. 12D. Timóteo dos Mártires, Crónica, p. 68
D. Estêvão Pascoal , prior de Leiria, “sedente pro tribunali”.	1269.07.22	St ^a Ana de Coimbra, 2 ^a incorp., Cx. 1, “N ^o 53”
D. Tibúrcio Martins , prior de Leiria e de Santa Maria de Óbidos.	1286.03.24	Colegiada St ^a Maria de Óbidos, M ^o 5, Doc. 95
D. Lourenço Pires , prior de Leiria; fora prior crasteiro de Santa Cruz; prior-mor eleito de Santa Cruz entre 1294 e 1295.	1290.06.30	PMH — Scriptores, p. 3; Timóteo dos Mártires, crónica, p. 69; D. Nicolau St ^a Maria, <i>Chronica</i> , p. 264
D. Gonçalo Juliães , prior de Leiria.	1301.01.06	Sé Coimbra, 2 ^a incorp., M ^o 93, Doc. 4482
D. Domingos Peres , prior de Leiria.	1304.09.12	Sé Coimbra, 2 ^a incorp., M ^o 8, Doc. 422; M ^o 90, Doc. 4324
D. Domingos Pascoal , prior de Leiria; seria eleito prior-mor de Santa Cruz em 1315.	1309.08.11 1316.12.16	St ^a Cruz, 2 ^a incorp., M ^o 20, “Alm. 36, M ^o 12, N ^{os} 25/26”; M ^o 18, “Alm. 34, M ^o 1, N ^o 12”; D. Timóteo dos Mártires, <i>Crónica</i> , p. 70
D. Vicente Lopes , Vigário de Leiria. Em 16 de Dezembro de 1316, era “co-nigo e tenente vezes en Leyreã do onrrado dom Domingos Pasqual vigayro de Leyreã e priol do Mosteiro de Sancta Crux de Coymbra”.	1317.03.16 1319.07.11	St ^a Cruz, Livro 8, fls. 39-40v ^o ; 2 ^a incorp., M ^o 14, “Alm. 30, M ^o 5, N ^o 1”; M ^o 18, Doc. “Alm. 34, M ^o 1, N ^o 12”
D. João Durães , prior de Leiria; recusou-se a receber o bispo de Coimbra, D. Raimundo, em 1328.	1326.12.02 1328.04.24	St ^a Cruz, 2 ^a incorp., M ^o 18, “Alm. 34, M ^o 1, N ^o 13”; S. A. Gomes, “Organização paroquial...”, pp. 281-284.
D. João Pais , prior de Leiria.	1330.06.15	Most. Alcobaça, 2 ^a incorp., M ^o 9, Doc. 214 (3)
D. Domingos Esteves , prior de Santa Maria da Pena de Leiria.	1338.11.08 1342.01.17 1345.04.23	Most. Alcobaça, M ^o 31, Doc. 13; M ^o 3, Doc. 38; Dourados, Livro 3, fls. 74v ^o -75; St ^a Cruz, Livro 4, fls. 111v ^o -112v ^o ; antiga sala 25, Cx. única, Doc. “Alm. 18, M ^o 1, n ^o 1-24”
D. Estêvão Esteves , prior de Leiria; prior de Santa Maria de Leiria; irmão de Diogo Esteves, foreiro do Casal da Golpilheira; “ <i>ad nutum removendum</i> ” (1368.09.18). Terá “acrescentado” as igrejas de Santo Estêvão e de S. Pedro de Leiria.	1352.09.14 1357.10.08 1357.12.04 1368.03.18 1368.09.24 1369.10.29 1372.08.21	St ^a Cruz, Livro 46, Doc. 87; 2 ^a incorp., M ^o 18, “Alm. 11, M ^o 7, N ^o 10”; “Alm. 34, M ^o 1, N ^o 16”; M ^o 209A, “Alm. 34, M ^o 5, Nos 1 ite 13”; Pasta 3, “Alm. 37, M ^o 2, N ^o 1(-52)”; Livro 46, Doc. 78; Livro 63, fl. 30v ^o ; D. Nicolau St ^a Maria, <i>Chronica</i> , p. 264.
D. João Domingues , prior de Leiria, em nome e como “teente vezes na dicta villa” de D. Afonso Pires, prior-mor de Santa Cruz de Coimbra.	1374.05.09	St ^a Cruz, 2 ^a , M ^o 209A, “Alm. 34, M ^o 5, N ^{os} 1 ate 13”
D. António Vicente , prior de Leiria; prior crasteiro e vestiário de Santa Cruz e procurador do prior em Leiria (1380.07.27), “prior de Leiria e Vigário nela por D. Afonso, prior de Santa Cruz de Coimbra”. Em 2 de Abril de 1403, aparece D. Fernando Afonso, prior da igreja de Santa Maria da Arruda, visitador e ouvidor na vila de Leiria.	1380.05.18 1380.07.27 1382.06.07 1382.07.07 1396.10.06 1401.04.27 1403.04.02	St ^a Cruz, 2 ^a incorp., M ^o 18, “Alm. 34, M ^o 1, N ^o 24”, “Alm. 11, M ^o 7, N ^o 16”; Livro 5, fls. 120-121v ^o ; Livro 46, Docs. 87, 93; Pasta 38, “Alm. 1, M ^o 5, N ^o 10”; Sé Coimbra, 2 ^a , M ^o 29, Doc. 1225; M ^o 58, Doc. 2183
D. Pedro Eanes , Cônego de Santa Cruz e Vigário-geral em Leiria; foi autor de alguns capítulos de agravos contra os Franciscanos de Leiria, acusando-os de desviarem os fiéis das igrejas paroquiais da vila e de não respeitarem os privilégios dos Crúzios em Leiria. Segundo os Cronistas, chegou a ser proposto para prior-mor de Santa Cruz no “Cisma” de 1414. Aparecerá, ainda ou de novo, se aceitarmos que não se trata de um caso de homonímia, como prior de Leiria no ano de 1438.	1396.10.10 1419.09.02	St ^a Cruz, Sala 25, Cx. única, “Alm. 38, M ^o (?), N ^o 13-20”; D. Timóteo dos Mártires, <i>Crónica</i> , p. 72; Fr. Manoel da Esperança, <i>História Serafica da Ordem dos Frades Menores</i> , 1 ^a Parte, pp. 369-370.
D. Afonso Lourenço , Vigário de Leiria.	...1417.11.26	Most. Alcobaça, 2 ^a , M ^o 67, Doc. 32.
D. João de Quiaios , prior de Santa Maria da Pena de Leiria.	1433.04.18	Most. Alcob., 2 ^a , M ^o 70, Doc. 42; Dourados, 3, fls. 95-96

D. Pedro Eanes , Cónego, Vigário e prior em Leiria pelo honrado D. Gonçalo, prior-mor de Santa Cruz de Coimbra; referido, por Timóteo dos Mártires, como prior de Leiria desde 1417.	1438.11.13	Stª Cruz, Pasta 5, “Alm. 41, Mº 3, Nºs 1(-15)”; Timóteo dos Mártires, <i>Crónica</i> , p. 99
D. Leonardo Fernandes , Vigário-geral de Leiria; prior de Figueiró e Vigário de Leiria (1454.12); era ouvidor de Santa Cruz de Coimbra, em Leiria, em 1438.11.13; teve um filho natural de Leonor Afonso, chamado Heitor Leonar-des, legitimado por D. Afonso V em 1463.08.31.	1450.03.13 1454.12 1455.03.11 1456.04.05 1457.01.31 1463.08.31 1465.11.07 1469.06.14	Most. Batalha, Livro 4, Docs. 9 e 11; Stª Clara Coimbra, Cx. 4, Séc. XV, “Nº 79” e “Nº 27”; Stª Cruz, Livro 2, fls. 137 e 140-141; Pasta 5, “Alm. 41, Mº 3, Nº 1(-15)”; Colegiada de S. Salvador de Coimbra, Cx. 4, Mº 11, Doc. “274 do 9º Saco”; Chanc. D. Afonso V, Livro 9, fl. 132vº
D. Fernando Eanes , Vigário-geral de Leiria.	1457.04.25	Stª Cruz, 2ª, Mº 13, “Alm. 28, Mº 2, Nº 8”
D. Afonso Martins , Vigário-geral de Leiria.	1477.06.14	Stª Cruz, Livro 46, Doc. 96
D. Francisco de Pedrosa , Bacharel, Vigário-geral no Espiritual e Temporal em Leiria por D. João de Noronha, prior-mor de Santa Cruz.	1496.02.11	Stª Cruz, 2ª, Mº 13, “Alm. 28, Mº 2, Nº 9”
D. João Falcão , Vigário-geral “no spiritual e tenporall na vylla de Leirea e seus termos”.	[1496].11.03	Stª Cruz, Pasta 39, “Alm. 38, Mº 3, Nº 1(-10)”
D. Aires Fernandes , Bacharel em Degredos e Vigário de Leiria; “Abade de Carvalhaes e d’Ardenas do bispado de Vyseu e Vygairo nesta villa de Leyriã” (1504.05.22).	1502.11.26 1504.05.22- -25	Stª Cruz, 2ª, Mº 13, “Alm. 28, Mº 3, Nº 11”; “Alm. 28, Mº 2, Nº 13”
D. Fernão de Paiva , Vigário de Leiria.	1506.02.05 1506.02.07	Livro do Compromisso, Docs. 91 e 92
D. Diogo Dias , Vigário-geral de Leiria e das vilas da Vitória e de Paredes; mantinha-se no cargo em 1546.01.21; foi sepultado à porta do Capítulo do Convento de S. Francisco de Leiria; parente de Fr. António Alemão, de Leiria, franciscano, falecido em 1584 e sepultado junto do dito Vigário.	1513.11.22 1517.08.10 1518.11.26 1519.09.29 1519.11. 1526.06.19 1538 1539.07.30 1541.05.24 1543.08.09 1544.02.09 1545.05.22 1546.01.21	Chanc. D. Manuel, Perdões e Legitimações, Livro 1, fl. 268vº; Gaveta 19, Mº 3, Doc. 16; Corpo Cronológico, Parte 1ª, Mº 34, Doc. 76, Parte 2ª, Mº 210, Doc. 65, Mº 240, Doc. 31; Mº 7 de Livros, Livro 7, fls. 27vº-28vº; AUC — Stª Cruz, Tomo 8 de Notas, Livro 17, fls. 39-39vº; O Couseiro, Capº 4; Fr. Manuel dos Santos, <i>Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores</i> , Livro III, pp. 376-377; <i>Livro do Compromisso</i> , Docs. 5, 12, 17, 97.

Notas

¹ Vd. Luciano Justo Ramos, *Leiria do Lis e do Lena*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1972. Na edição da sua *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho*, datada de Lisboa no ano de 1668, o cônego D. Nicolau de Santa Maria, usa já a proposta onomástica legada por Rodrigues Lobo: “(...) restaurado o Castello com melhores fortificações, e mayor presidio, se começou a povoar outra vez, estendendo-se a povoação também pelas fraldas do monte pera a parte do Oriente, e Norte com tantos, e tam bons moradores, que se fez huã fermosa villa, cujos campos regados de dous rios Lis, e Lena, se começaram a cultivar, e a dar pão, azeite, e vinho, de que esta terra he fértil e abundante.” (1ª Parte, p. 261). Depois, as referências ao Lis e ao Lena vão-se multiplicando em crônicas e em mapas eruditos. Popularmente, contudo, o rio Lis foi sendo designado pelo nome das aldeias e terras que bordejava. Ainda nos inícios do século XX, significativamente, ele vem registado nalguma documentação como “Rio de Leiria”.

² Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média. (Estudo de História Rural)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 8-9.

³ S. A. Gomes, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 2ª edição, 2004, pp. 21 ss; Leontina Ventura, *Soure na sua história: algumas reflexões*, separata de *Locus*, 1, Coimbra, 1986, pp. 39-49; Salvador Dias Arnaut, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*, Coimbra, 1939.

⁴ Documento de 1152 refere-se às muralhas da vila de Leiria, junto das quais a Ordem do Templo possuía alguns bens. Vd. S. A. Gomes, *Introdução à História do Castelo...*, pp. 96 ss. Cf. José Mattoso, “A cidade de Leiria na história medieval de Portugal”, in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 95-114; Afonso Zúquete, *Leiria — Subsídios para a História da sua Diocese*, Leiria, Gráfica, 1945, pp. 11-25; Luciano Coelho Cristino, “A Vila de Leiria em 1385”, *Jornadas Sobre Portugal medieval. Leiria / 1983*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1986, pp. 171-220.

⁵ Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo (doravante, citado por AN/TT) — Leitura Nova: Livro 2º de Padroados, fl. 2vº. Para o conhecimento da estruturação e primitiva evolução do priorado de Leiria, veja-se o nosso estudo “Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 4 (1992), pp. 163-310. Para Colmeias, mais especificamente, leia-se Luciano Coelho Cristino, “História das Paróquias de Colmeias e Memória”, in *Contributos para a História de Colmeias e Memória (Concelho de Leiria)* (Org. Fernando Rodrigues), Leiria, 1994, pp. 21-131.

⁶ As interpolações apostas ao foral de Leiria de 1142 não infirmam a sua autenticidade, posto que mostrem, na senda da crítica do mesmo diploma devida a Rui de Azevedo, que, antes da década de 1150, a organização do território concelhio leiriense se encontrasse em evolução. Vd., desse Autor, *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII e XIII)*, Lisboa, 1935, pp. 19-21, 82; Idem, *Documentos Medievais Portugueses. I. Documentos Régios (a. d. 1095-1185)*, Tomo 1 e 2, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958 e 1962, Doc. 189 e nota XXXVIII.

⁷ *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do Século*

lo XII (Edição de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria), Coimbra, INIC, 1990, pp. 87-89.

⁸ *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do Século XII* (Edição de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria), Coimbra, INIC, 1990, pp. 89-91.

⁹ É dentro destas circunstâncias que enformam a definição de uma fronteira eclesiástica, com reflexos no domínio civil, entre Coimbra e Lisboa que se deve posicionar, não apenas o estabelecimento do priorado crúzio de Leiria, como ainda do couro de Santa Maria de Alcobaça, cujos monges de Cister aí se instalaram e começaram a erguer a primitiva abadia em 1152, recebendo carta de dotação do temporal, em 1153. Vd. Rui de Azevedo, *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII e XIII)*, Lisboa, 1935, pp. 19-21, 82; Idem, *Documentos Medievais Portugueses. I. Documentos Régios (a. d. 1095-1185)*, Tomo 1 e 2, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958 e 1962, Doc. 189 e nota XXXVIII; S. A. Gomes, IDEM, “Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça”, *Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional 16-20 Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça*, Lisboa, IPPAR, 2000, Vol. I, pp. 27-72; Idem, “Entre memória e história: os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça (1152-1215)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2 (2002), Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 187-256.

¹⁰ Rui de Azevedo, *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII e XIII)*, Lisboa, 1935, pp. 19-21, 75-77, 82;

¹¹ Rui de Azevedo, *Documentos Falsos...*, pp. 19-20, 82.

¹² Soleimas, Anaías, Guterres, Pais e Césares encontram-se entre essa aristocracia undecentista coimbrã e, também, leiriense. Vd. Leontina Ventura, “Introdução”, *Livro Santo...*, pp. 9-68; S. A. Gomes, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2ª edição, 2004, pp. 21ss; Idem, *In Limine Conscriptionis...*, pp. 512-572, 828 ss; Armando Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz...*, pp. 245 ss.

¹³ Armando Martins, *op. cit.*, pp. 260-261.

¹⁴ *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do Século XII* (Edição de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria), Coimbra, INIC, 1990, pp. 91-93.

¹⁵ *Livro Santo*, pp. 98-101.

¹⁶ *Livro Santo*, pp. 103-106.

¹⁷ *Bullarium Monasterii Sancte Crucis Conimbrigensis* (cura Manuel Augusto Rodrigues e Maria Teresa Nobre Veloso), Coimbra, Arquivo da Universidade, 1991, fls. 14-14vº. (doravante, citado por *Bulário de Santa Cruz*).

¹⁸ *Bulário de Santa Cruz*, fl. 13. (Bula *Non solum dilectio*, de 20 de Julho de 1195).

¹⁹ *Bulário de Santa Cruz*, fls. 25vº-26.

²⁰ *Bulário de Santa Cruz*, fl. 27.

²¹ António Rocha Madahil, *O Privilégio do Isento de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, 1940, pp. 30-31, 45.

²² Vd. S. A. Gomes, “Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria...”, pp. 173-175, 305-309 *et passim*.

²³ S. A. Gomes, *Op. cit.*, pp. 276-278.

²⁴ S. A. Gomes, *Op. cit.*, pp. 290-291.

²⁵ Vd. Maria Helena da Cruz Coelho, “priorado”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Dir. Carlos Moreira Azevedo), Vol. P-V — Apêndices, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 62-63; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada por Damião Peres), Vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, pp. 146-149; Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1999, pp. 245ss.

²⁶ S. A. Gomes, “Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 4 (1992), pp. 163-310: 163-216.

²⁷ J. Dubois, “priorato”, *Dizionario degli Istituti di Perfezione* (Dir. Gerrino Pelliccia e Giancarlo Rocca), Vol. VII, Pio II — Rzačka, Roma, Edizione Paoline, 1983, Cols. 828-852; G. Spinelli, “I priorato in Italia”, *Ibidem*, Cols. 852-861; Jean-Loup Lemaître, “Prieur, Prieuré”, *Dictionnaire Encyclopédique du Moyen Âge* (Dir. André Vauchez), T. 2, L à Z, Paris, Cerf, 1997, pp. 1256-1257.

²⁸ Vd. Joseph Avril, “Questionnaire”, in *Prieurs et Prieurés dans l'Occident Médiéval* (Dir. Jean-Loup Lemaître), Paris, École Pratique des Hautes Études, 1987, pp. 209-211; Idem, *Le gouvernement des évêques et la vie religieuse dans le diocèse d'Angers (1148-1240)*, 2 vols., Lille, Cerf e Université de Lille III, s. d. [1987], pp. 279ss.

²⁹ Para tudo isto, veja-se Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 671-688, 776-781, 785-787; S. A. Gomes, *Op. cit.*, pp. 163-310: 163-216; Idem, *In Limine Conscriptionis. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, (Dissertação de Doutoramento; policopiada), 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 2000, pp. 223-240.

³⁰ Como, aliás, se verifica, por parte de numerosas outras abadias ou mosteiros por toda a Europa. Vd. Joseph Avril, *Le gouvernement...*, pp. 279-354; D. Jean Becquet, “Le prieuré: maison autonome ou dépendance selon les ordres (moines, chanoines, ermites)”, *Prieurs et Prieurés...*, pp. 47-52; D. Jacques Dubois, “La vie quotidienne dans les prieurés au Moyen Âge”, *Ibidem*, pp. 95-114.

³¹ Publicada já por diversos autores, sendo de referir a edição que proponho em “Organização paroquial e jurisdição eclesiástica ...”, pp. 217-221 ou, então, na mais recente edição da obra *Introdução à História do Castelo de Leiria*, *cit.*, pp. 228-229.

³² S. A. Gomes, *Op. cit.*, pp. 217-221. Cf. Luciano Justo Ramos, “No cinquentenário da restauração. Addenda historica diocesana”, *A Voz do Domingo*, 13 de Novembro de 1966 a 12 de Fevereiro de 1967; Luciano Coelho Cristino, “A Vila de Leiria em 1385”, p. 180.

³³ S. A. Gomes, “Organização paroquial ...”, pp. 189-190.

³⁴ *Ibidem*, pp. 191, 223-224.

³⁵ *Ibidem*, p. 195.

³⁶ *Ibidem*, p. 196.

³⁷ *Ibidem*, pp. 197-198.

³⁸ Em 7 de Abril de 1458, João Freira intitula-

va-se meirinho dos clérigos de Leiria. (AN/TT — Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Livro 5, fls. 128-129).

³⁹ Em 10 de Junho de 1303, por exemplo, estanciava em Leiria Mestre João, cônego de Santa Cruz e procurador do prior-mor na vila. (AN/TT — Sé de Coimbra, 2ª incorp., Mº 93, Doc. 4467).

⁴⁰ Em 30 de Novembro de 1409, era prioste do Cabido de Leiria um tal D. Nicolau Peres. (AN/TT — Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 9, Doc. do “Alm. 28, Mº 2, Nº 6”).

⁴¹ Biblioteca Nacional de Lisboa — Reservados: PGS — 67 P; publicado em *Introdução à História do Castelo...*, p. 291.

⁴² Vejam-se as imagens destes selos reproduzidas nestas páginas. Para a sua contextualização, sejam-nos permitido remeter para a nossa dissertação *In Limine Conscriptio...*, II, pp. 1273-1274, 1315

⁴³ Idem, *Introdução à História do Castelo...*, pp. 274-275.

⁴⁴ Idem, “Organização paroquial...”, pp. 285-288.

⁴⁵ Ibidem, pp. 292-297.

⁴⁶ Ibidem, p. 297.

⁴⁷ Ibidem, pp. 298-301.

⁴⁸ Ibidem, pp. 302-304.

⁴⁹ S. A. Gomes, *O Convento de S. Francisco de Leiria...*, pp. 454-456.

⁵⁰ Ibidem, pp. 441-447. (Lembremos que foi em Abril de 1253 que D. Martinho Peres, prior-mor de Santa Cruz, ofereceu as águas da Fonte da Carpinteira aos Franciscanos de Leiria, no que constitui um bom indício do apaziguamento entre estes e os Crúzios instalados em Leiria).

⁵¹ Veja-se o Quadro inserido neste texto com a relação dos priores ou Vigários do priorado.

⁵² Vide o quadro dos priores e Vigários do priorado.

⁵³ S. A. Gomes, *O Convento de S. Francisco...*, pp. 427-431; Idem, “Notícia sobre os frescos quatrocentistas de S. Francisco de Leiria”, *Lusitania Sacra*, 2ª série (8/9), 1996/1997, pp. 573-598.

⁵⁴ Idem, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990; Idem, *O Convento de S. Francisco de Leiria na Idade Média*, separata de *Itinerarium*, XL (1994), Braga, pp. 399-502.

⁵⁵ S. A. Gomes, “D. Gomes Eanes e a Capela de Santo André e dos Cinco Mártires de Marrocos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, in *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*, Vol. XXXV (2002), Coimbra, pp. 439-540: 503-504, 517-519.

⁵⁶ Idem, *Introdução à História do Castelo...*, pp. 178-180.

⁵⁷ Ibidem, pp. 353-354.

⁵⁸ AN/TT — Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 39, Doc. do “Alm. 38, Mº 3, Nº 1(10)”.

⁵⁹ AN/TT — Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorp., Mº 13, Doc. do “Alm. 28, Mº 2, Nº 10”.

⁶⁰ AN/TT — Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorp., Mº 237, Documento em papel não numerado; Livro 1, fls. 48vº-49; Livro 10, fl. 2.

⁶¹ AN/TT — Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorp., Mº 13, Doc. do “Alm. 28, Mº 2, Nº 14”.

⁶² *O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, Braga, Typographia Lusitana, 1868 [reimpressão de O Mensageiro, Leiria, 1980], Capºs 58, 63, 77. Afonso Zúquete, *Leiria — Subsídios para a História da sua Diocese*, cit., p. 17.

⁶³ AN/TT — Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorp., Mº 13, Doc. do “Alm. 28, Mº 2, Nº 16”.

⁶⁴ S. A. Gomes, “A Freguesia de S. Cristóvão da Caranguejeira entre 1527 e 1721”, in O Mensageiro, 17 e 24 de Agosto e 7 e 21 de Setembro de 1995.

⁶⁵ AN/TT — Conventos de Tomar, Mº 56, Documento em papel não numerado. (18 de Maio de 1532, Leiria).

⁶⁶ Vd. Quadro dos priores e Vigários do priorado.

⁶⁷ *O Couseiro...*, Capº 4.

⁶⁸ AN/TT — Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Maço 7 de Livros, Livro nº 5, fl. 28.

⁶⁹ AN/TT — Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Maço de Livros nº 7, Livro 5, fls. 40-42. (Em confirmações de 23 de Março de 1528 e 5 de Outubro de 1542).

⁷⁰ *O Couseiro...*, Capº 4.

⁷¹ AN/TT — Corpo Cronológico, Parte 1ª, Mº 25, Doc. 144.

⁷² AN/TT — Corpo Cronológico, Parte 1ª, Mº 35, Doc. 81.

⁷³ S. A. Gomes, “Organização paroquial e jurisdição...”, pp. 176 e 204.

⁷⁴ AN/TT — Corpo Cronológico, Parte 1ª, Mº 23, Doc. 72.

⁷⁵ AN/TT — Corpo Cronológico, Parte 2ª, Mº 240, Doc. 31. (Vd. S. A. Gomes, “O ano do trigo sujo”: as rendas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no priorado de Leiria nas vésperas da criação do Bispado (1541-1545)”, *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, Ano XII, nº 34, Janeiro/Abril, 2004, pp. 115-159).

⁷⁶ AN/TT — Corpo Cronológico, Parte 2ª, Mº 240, Doc. 20.

⁷⁷ Em 9 de Agosto de 1543, por exemplo, o Vigário D. Diogo Dias e mais 24 beneficiados elegem um novo clérigo para ocupar a vaga deixada pela morte de António Fernandes. (TT — Santa Cruz de Coimbra, Maço 7 de Livros, Livro nº 5, fls. 27vº-28vº).

⁷⁸ AN/TT — Santa Cruz de Coimbra, Maço 7 de Livros, Livro nº 5, fls. 23vº e 25vº; S. A. Gomes, *O Livro do Compromisso da Confraria e Hospital de Santa Maria da Vitória da Batalha (1427-1544). Estudo Histórico e Transcrição Documental*, Leiria, Magno, 2002, pp. 382-384.

⁷⁹ José Sebastião da Silva Dias, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal. (Séculos XVI a XVIII)*, Tomo I, Coimbra, Universidade de

Coimbra, 1960, pp. 105-120; Idem, “Regimento Escolar de Santa Cruz de Coimbra (1537)”, *Biblos*, Vol. XLV, 1969, Coimbra, pp. 1-26; D. Gabriel de Santa Maria, “Rol dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho” (Ed. Pedro de Azevedo), *Boletim da Segunda Classe da Academia de Ciências de Lisboa*, Vol. XI, Coimbra, 1918; Maria Helena da Cruz Coelho, “Receitas e Despesas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1534-1535”, *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. II — Domínio Senhorial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 93-171; Idem e Maria José Azevedo Santos, “Contenda entre a Universidade e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na segunda metade do século XVI”, *Actas do Congresso “História da Universidade” (no 7º centenário da sua Fundação)*, Vol. 3, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991, pp. 39-61; Cândido dos Santos, *Estudantes e Constituições dos Colégios de Santa Cruz de Coimbra (1534-1540)*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1974; António Gomes da Rocha Madahil, “Observância antiga dos Cônegos Regulares de Santa Cruz de Coimbra”, *O Instituto*, Vol. 70 (1923), pp. 529-541, e Vol. 71 (1924), pp. 15-26, 75-83, 227-240, 325-336 e 365-372.

⁸⁰ AN/TT — Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Maço de Livros nº 7, Livro 5, fls. 22vº-23vº, 68vº-70vº; Corpo Cronológico, Parte 2ª, Mº 238, Docs. 33, 34, 130; Mº 239, Doc. 72; Mº 240, Docs. 20 e 31.

⁸¹ AN/TT — Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Livro 85, fl. 92.

⁸² AN/TT — Corpo Cronológico, Parte 2ª, Mº 239, Doc. 72.

⁸³ Este item aparece lançado por duas vezes, apresentando os valores indicados.

⁸⁴ Sem confirmação documental. Tenha-se em atenção, contudo, que o priorado de Leiria só se estabelece, como vimos, na década de 1150.

⁸⁵ Idem.